

## **CONTEXTUALIZAÇÃO GEO-HISTÓRICA DOS MUNICÍPIOS DE MAFRA ITAIÓPOLIS E PAPANDUVA/SC, VISANDO O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO INTEGRADO.**

**Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira \*<sup>1</sup>**

**GAIO, Carolina \*\***

**BAUER, Carlos Gustavo \*\*\***

**RESUMO** Esse artigo é o resultado da pesquisa realizada através do Programa Integrado de Pós-Graduação e Graduação – PIPG, da Universidade do Vale do Itajaí, concentrando-se na identificação das principais características sócio-espaciais dos municípios de Mafra, Itaiópolis e Papanduva localizados no Planalto Norte Catarinense; objetivando o desenvolvimento da atividade turística de forma integrada. Através da análise dos elementos sócio-espaciais foi possível levantar as principais características históricas e culturais, capazes de atrair uma demanda turística para os municípios situados na região. Considerando o fato de que isoladamente haveria dificuldades para captar um fluxo turístico significativo, acredita-se que através do desenvolvimento turístico integrado esses municípios poderão encontrar no turismo uma alternativa econômica, contribuindo, desta forma, para a melhoria da qualidade de vida de suas populações.

**Palavras chaves:** Formação sócio-espacial, potencialidades turísticas, desenvolvimento turístico integrado.

### **1 INTRODUÇÃO**

O turismo pode trazer muitos benefícios para as localidades receptoras, dentre os quais o aumento de renda; a conservação e valorização do patrimônio cultural e histórico; a melhoria da infra-estrutura; a qualificação da comunidade, entre outros. No entanto, há que se considerar o turismo como uma atividade ambivalente, capaz de apresentar vantagens e desvantagens sócio-ambientais. Pode, por um lado gerar riquezas, valorizar espaços, promover novas relações entre os povos e culturas, mas, por outro, pode também tornar-se

---

<sup>1</sup>\* Coordenadora da pesquisa - Doutora em Geografia Humana, Professora do Programa de Pós-graduação em

\*\*\* Bolsista. Aluno do Curso de Graduando em Gestão do Lazer e Eventos - UNIVALI

predador cultural, degradador ambiental e explorador econômico. Para que isso não ocorra a atividade turística deve ser planejada, garantindo a sustentabilidade econômica, social, cultural, política e ambiental das localidades, assegurando benefícios econômicos para os municípios.

A finalidade do planejamento turístico consiste em ordenar as ações do homem sobre o território e ocupa-se em direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada evitando, dessa forma, os efeitos negativos nos recursos, que os destróem ou reduzem sua atratividade (RUSCHMANN, 1997, p.9)

O turismo é uma atividade que consome essencialmente os atributos do espaço. Para Milton Santos (1992) o espaço não é apenas formado pelas coisas e objetos naturais e artificiais da paisagem, mas também pela sociedade. Os objetos naturais não são obras dos homens, mas da própria natureza e constituem a base sobre a qual atuam os diferentes grupos humanos. Entende-se, pois, que o espaço constitui uma realidade objetiva que se impõe à própria sociedade, estabelecendo-se entre eles uma relação dialética. A sociedade opera diretamente no espaço, pois as ações do homem, alteram os espaços já existentes e os transformam em novos espaços de acordo com suas necessidades através dos tempos, logo “... cada lugar está sempre mudando de significação, graças ao movimento social: a cada instante as frações da sociedade que lhe cabem não são as mesmas.” (SANTOS, 1997, p.2)

Contudo, os aspectos sócio-espaciais devem ser os primeiros a serem levantados e analisados quando se pretende promover o desenvolvimento integrado entre municípios, pois eles constituem a base responsável pela evolução das diferentes comunidades que resultam das diferentes combinações entre os elementos naturais e humanos.

A análise da formação sócio-espacial dos municípios em questão leva ao desvendamento das múltiplas relações entre o espaço e a sociedade, visando um conhecimento capaz de oferecer subsídios para implementar o desenvolvimento da atividade turística de forma integrada, o que poderia contribuir para uma maior dinamização econômica, pois, diante da reduzida infra-estrutura regional, qualquer um dos municípios citados terá dificuldades de movimentar um fluxo turístico significativo isoladamente.

## **2 GÊNESE E EVOLUÇÃO DA FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO PLANALTO NORTE CATARINENSE**

---

Devido a necessidade de ocupar a parte meridional do Brasil a coroa portuguesa passou a estimular as migrações vicentistas rumo às regiões do sul. Já em 1532 uma partiu de S. Vicente pelo litoral até Laguna e outra partiu em 1598 do centro pastoril de Sorocaba atravessando todo o planalto meridional com o objetivo de conquistar e povoar a grande Planície Platina (VIANNA, 1952). Vale ressaltar que os “objetivos das migrações paulistas são, porém, essencialmente povoadores: só aí eles, realmente, conquistam e desbravam para colonizar.” (Idem, 1952, p. 16)

Segundo os dados de um velho roteiro – Itinerário da cidade de São Paulo para o Continente do Viamão, os clãs paulistas, partindo de Sorocaba, seguem a direção de Itapetininga, atravessam o Paranapanema, o Taguari, o Jaguariaiva, tocam em Ponta Grossa e Curitiba, cujos campos povoam de “currais”, cortam o vale do Rio Negro, penetram os maciços florestosos da Serra do Espigão, e entram de Curitiba e de Lajes. (VIANNA, 1952, p. 41)

Esse itinerário foi, portanto, palco da travessia das tropas de gado que eram conduzidas de Viamão (RS) até a feira de Sorocaba (SP) através da Estrada da Mata. A construção da referida estrada iniciada em 26 de março de 1826 (ALMEIDA, 1976), estava terminada em maio de 1829 “tendo-se chegado ao Campo Alto, com uma extensão de 20 léguas, quando pelo seguimento da antiga, essa distância foi sempre avaliada em 40 léguas”. (FORJAZ, 1929, p. 21)

A Estrada da Mata, também conhecida por Estrada das Tropas, Caminho do Sul, Rota dos Sertões para Viamão, foi após a Independência até quase o fim do Império, o principal vínculo de união entre o extremo Sul e o centro do Brasil (QUEIROZ, 1977)

Os territórios que hoje integram os municípios de Mafra, Itaiópolis e Papanduva estão inseridos no Caminho das Tropas cujo traçado deu origem a atual BR 116. Ao longo do Caminho das Tropas surgiram vilas, sendo a porção Norte do Estado de Santa Catarina conquistada não apenas em função das tropas de gado, mas principalmente pela “... extração da erva-mate e o corte das madeiras constituíram as principais atividades das populações, acompanhadas da lavoura, naturalmente, embora menos desenvolvida”. (CABRAL, 1970, p.326)

Algumas características naturais foram fundamentais para a implantação da colonização européia na região como “a ocorrência de mata, associada aos vales e encostas do planalto, deixando de lado as áreas mais amenas do planalto, cobertas de manchas campestres e mata de araucária, a representante na face atlântica sul-americana da floresta mista.” (MONTEIRO, DUARTE E SANTOS, 1967, p. 90)

Foi na década de 1820 que “...estabeleceram-se as primeiras colônias alemãs no sul

do Brasil, todas em lugares onde os caminhos de tropas e de gado entravam e saíam da selva.” (WAIBEL, 1958, p. 212)

A primeira colônia alemã foi fundada em 1824, no Rio Grande do Sul e recebeu o nome de São Leopoldo. As duas outras colônias foram fundadas em 1829, a de Rio Negro (PR) e a de São Pedro de Alcântara (SC).

Segundo Almeida (1976), as primeiras 20 (vinte) famílias chegaram a Rio Negro com 100 pessoas. Já “na segunda remessa foram 27 famílias, compostas de 138 pessoas” (FORJAZ, 1929, p. 29).

Os estados do Paraná e de Santa Catarina por um longo período disputaram território. Porém é preciso lembrar que a capitania de Santa Catarina é mais antiga, tendo sido criada pela provisão de 11 de agosto de 1738, sendo

...desmembrada da de São Paulo. O território que compreende o atual Estado do Paraná continuou a fazer parte integrante da Capitania de São Paulo até o ano de 1853, quando obteve sua elevação à categoria de Província. (MATHIAS, 1987, p.14)

Após a criação da Província do Paraná começou a discussão acerca da demarcação dos limites com Santa Catarina, incluindo a área localizada entre o rio Iguaçu e Uruguai que a Argentina reclamava como sua. (THOMÉ, 1987).

Essa questão dos limites territoriais foi uma das causas de um fato histórico que ficou conhecido como Guerra do Contestado, que “...constituiu-se num dos mais representativos movimentos sociais que ocorreu no Brasil, durante a primeira república.”(SERPA,1999,p. 14)

A Guerra do Contestado ocorreu de 1912 a 1916, e à questão dos limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina foi agravada pela construção da Estrada de ferro São Paulo – Rio Grande do Sul que foi realizada pela Brazil Railway, pois o contrato para a construção da ferrovia previa o direito da empresa construtora sobre a faixa de 15 quilômetros de cada lado da linha implantada para que nela se iniciasse um plano de colonização. No entanto não foi considerado o fato de que fazendeiros e pequenos posseiros já estavam estabelecidos nesta faixa prometida a Brazil Railway muito antes da construção da estrada de ferro. Esses se organizaram e lutaram para assegurar a posse das terras em que viviam enfrentando as forças do governo.

Assim, associada a Brazil Railway foi construída em 1909, uma grande empresa madeireira, a Lumber<sup>2</sup>. A implantação tanto da Brazil Railway quanto Lumber trouxe muitas

---

<sup>2</sup> Essa madeireira instalada no município de Três Barras (localizado também no Planalto Norte Catarinense), de acordo com Serpa (1999) derrubava cerca de 300 m<sup>3</sup> de madeira por dia, sendo considerada a maior serraria da

conseqüências aos catarinenses, de acordo com Serpa (1999, p. 17), “não só homens, mulheres e crianças sofreram os efeitos desta ação das empresas, mas o meio ambiente, como espaço de relações, passou a ser devastado”.

Em 20 de outubro de 1916 no Palácio do Catete, diante das mais representativas autoridades do país, foi assinada a Convenção de Limites entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, ficando o Estado do Paraná com 20.310 km<sup>2</sup> e o de Santa Catarina com 27.510 km<sup>2</sup> do território contestado. (MATHIAS, 1987)

Foi, pois, a partir de desmembramentos de territórios pertencentes a Rio Negro (PR) que se formaram os municípios de Mafra, Itaiópolis e Papanduva já no estado de Santa Catarina.

Segundo Almeida (1976, p. 40),

...o ano de 1868 lembra a fundação do Núcleo Colonial de Papanduva onde se procurou fazer aldeamento dos índios Botocudos, habitantes da “Serra do Taió”. Joaquim Francisco Lopes foi encarregado de penetrar, com sua gente nesse sertão, o que fez, mas sem resultado quanto à Catequese quanto à reunião do gentio no aldeamento.

Os primeiros imigrantes ucranianos e poloneses chegaram a Papanduva por volta de 1880 (CABRAL, 1970). Em 1909, o povoado de Papanduva pertencente ao município de Rio Negro – PR, sendo elevado à categoria de Distrito, e sua sede, como vila de Papanduva. Com a resolução da questão de limites entre Paraná e Santa Catarina, Papanduva passou a pertencer à Santa Catarina, perdendo por esse fato a categoria de Distrito, recuperada somente em 1917, pela Lei Municipal nº 73, passando a integrar o município de Canoinhas – SC. O então povoado de Papanduva foi elevado novamente a categoria de Vila pelo Decreto – Lei nº 86 de 31 de março de 1938. A Lei Estadual nº 133, de 30 de dezembro de 1953, eleva Papanduva a categoria de Município, sendo o mesmo instalado em 11 de abril de 1954.

A cidade de Mafra (em Santa Catarina) teve uma formação muito parecida com a de Rio Negro (no Paraná), pois os dois municípios constituem na verdade, um só aglomerado urbano, separados apenas por um rio. “Em 1877 vieram os primeiros imigrantes bukovinenses<sup>3</sup>. Em 1891 imigrantes polacos vindos da Galícia. Em 1895 os rutenos e russos”.(REVISTA COMEMORATIVA DO CINQUENTENÁRIO DO MUNICÍPIO DE

---

América Latina. Teve início durante essa época as transformações que começam a se fazer sobre o espaço natural da região.

<sup>3</sup> Imigrantes bucovinos, originários da “Baviéria (Bavária ou Bayer), no sul da Alemanha. Ainda hoje conversam o dialeto típico “boarisch” ou “bayerischer”, no seio de famílias tradicionais. Têm, portanto, sangue germânico, com tradições, espírito empreendedor e inventivo, gerador de tantos benefícios na nova terra.” ( CELESTINO, 2002, p.01)

MAFRA, 1967, p. 7).

A cidade de Mafra teve seu nome em homenagem ao Conselheiro Mafra, o grande defensor dos interesses de Santa Catarina na disputa territorial com o Paraná, sendo elevada a condição de município em 1916, com o término da disputa de território pelos dois estados.

Já Itaiópolis teve origem na Colônia Lucena, uma das primeiras 20 colônias de Santa Catarina. Segundo Piazza (1994, p.240),

Em área da antiga Província do Paraná, já, então, Estado, na parte sul do vale do rio Negro, o Governo da República fundou, em 1891, uma colônia. Face às mudanças na política administrativa do Governo Brasileiro, passou, já nos seus princípios, esta colônia à administração paranaense. O Governo do Estado do Paraná ali encontrou grande número de lotes devolutos, encaminhando, pois, para ocupá-los, imigrantes de origem polonesa.

A população deste núcleo colonial em 1895 era, segundo Piazza (1994), formada por 4535 pessoas, dispersas nas 23 (vinte e três) linhas coloniais, que nada mais eram do que localidades da Colônia Lucena. “O seu contingente populacional, era, predominantemente, de poloneses e alguns de origem alemã. Além dos lotes demarcados em 1895, houve outra demarcação, em 1901, com a fixação de novos imigrantes poloneses” (PIAZZA, 1994, p. 241)

Mafra, Itaiópolis e Papanduva localizam-se no Planalto Norte Catarinense e atualmente pertencem a Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense – AMPLA.

O município de Mafra está situado a uma altitude de 793 metros e, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2000, possui 49.940 habitantes que ocupam uma área de 1784,84 km<sup>2</sup>. Itaiópolis situa-se a 920 metros acima do nível do mar e segundo o censo do IBGE realizado no ano de 2000, conta com uma população de 19.086 habitantes espalhados em 1.403,99 km<sup>2</sup>. Já Papanduva está localizada a 820 metros de altitude e conforme o IBGE, em 2000, possui 16.822 habitantes em 760,21 km<sup>2</sup> de extensão.

### 3 DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO INTEGRADO

O desenvolvimento do turismo em municípios que apresentam potencialidades para essa atividade vem crescendo de forma acelerada e tem como objetivo central proporcionar alternativas econômicas que contribuam para melhorar a qualidade de vida da população local.

Desenvolvimento, de acordo com Ferreira (1999), significa: 1) Ato ou efeito de desenvolver (-se); desenvolvimento, 2) Adiantamento, crescimento, aumento, progresso. Portanto, o desenvolvimento turístico nos municípios deve propiciar uma melhor qualidade de

vida para sua população, através do desenvolvimento econômico, social, cultural e ecológico.

O termo integração, para Butler (*apud* PEARCE, 2002, p. 17), possui um amplo significado:

Podemos ver planejamento e desenvolvimento integrados como o processo de introdução do turismo numa área e de uma forma pela qual ele se mistura com os elementos existentes. Compreendendo-se isso, torna-se implícito o fato de que esta introdução e essa mistura são feitas adequada e harmoniosamente, de maneira que o resultado final seja o sucesso de uma comunidade funcional e aceitável, tanto em termos humanos quanto ecológicos.

Para que se implemente o turismo em uma determinada área, de forma que ele se incorpore aos elementos já existentes, podemos usar o planejamento e o desenvolvimento integrado, sendo que a integração no contexto turístico deve seguir pelo menos três princípios: aceitação, eficiência e harmonia. (BUTLER, 2002)

A integração ideal do desenvolvimento do turismo numa comunidade ou destino deveria tornar o desenvolvimento mais aceitável, tanto para os residentes locais quanto para os que utilizam os recursos existentes, do que um desenvolvimento turístico que é imposto de forma segregada e indesejável. A integração ideal também pode ser um processo muito eficiente. Para a maioria dos planejadores, desenvolvedores e gerentes, a eficiência é o principal objetivo, e os passos e mecanismos que agilizam o processo de conclusão e a aceitação do desenvolvimento serão bem recebidos.(...) Por fim, no momento em que a resolução do conflito for uma crescente processo de desenvolvimento comum, a conquista da harmonia e a falta do conflito, por meio do desenvolvimento aceitável e adequado darão lugar a outra situação desejada, tanto pelos planejadores quanto pelos desenvolvedores” (BUTLER, 2002, p. 88)

Embora todos os setores da sociedade devam estar envolvidos na integração do desenvolvimento turístico para que ele ocorra de forma adequada, é preciso lembrar que alguns fatores tornam a implementação da integração difícil de ser alcançada. De acordo com Butler (2002), esses fatores são: falta de igualdade, falta de vontade, falta de apreciação, falta de mecanismos e falta de dados e conhecimento.

Muitas das dificuldades na implantação do planejamento e desenvolvimento turístico integrado podem ser evitadas se a comunidade participar da tomada de decisões. O desenvolvimento turístico integrado entre municípios deve ser precedido de um planejamento integrado entre os vários participantes da atividade turística no município, incluindo desde o diagnóstico das potencialidades turísticas dos municípios até a definição de ações a serem tomadas pelo poder público objetivando o desenvolvimento do turismo em seus municípios.

Somente a partir do momento em que todos os setores da sociedade estiverem integrados e organizados e que o planejamento turístico municipal estiver realizado é que o

município terá condições de se inserir num planejamento turístico regional.

Planejamento regional do turismo é um conjunto de pólos de desenvolvimento turístico hierarquizado, unidos por uma infra-estrutura comum, que, em sua totalidade, contribui para dinamizar o desenvolvimento econômico e social de extensas partes do território nacional. (BENI, 1999, p. 11)

Dependendo do nível de integração e cooperação entre municípios, esses podem ser considerados como um pólo turístico, ou até mesmo um cluster turístico. Muitos autores entre eles Mario Petrocchi consideram a terminologia pólo como sinônimo de cluster, sendo a concentração geográfica o fator de caracterização de um pólo ou cluster. (PETROCCHI, 2001).

Tanto os pólos quanto os clusters turísticos necessitam estar em concentrações geográficas delimitadas, entretanto, acredita-se que entre os pólos não exista a intensa cooperação entre as empresas como a que existe no caso dos clusters.

Beni (2003, p. 114) define cluster como “... um conjunto de atrativos com destacado diferencial turístico, concentrado num espaço geográfico delimitado, dotado de equipamentos e serviços de qualidade e excelência gerencial em redes de empresas que geram vantagens estratégicas e competitivas.”

A cooperação é essencial dentro de um cluster, e sua implantação

Significa a estratégia de desenvolvimento da região, com base nas questões apresentadas pelos vários segmentos sociais, institucionais, empresariais e outros, na criação de comitês inter-setoriais, executivos e de gestão, aos quais cabem conduzir o cotidiano e implementar e acompanhar as decisões e medidas para resolver as questões colocadas. Com essa estratégia, haverá a permanente pontuação das questões envolvidas no desenvolvimento regional dos municípios, criando-se verdadeiras mesas de integração regional com as adequadas relações interativas entre os diferentes setores e instituições da região, englobando sindicatos, partidos políticos, associações de bairro, escolas, clubes e outros grupos da sociedade organizada. (BENI, 2001, p. 61)

Acredita-se que o desenvolvimento da atividade turística de forma integrada entre os municípios de Mafra, Itaiópolis e Papanduva possa caracterizar em um primeiro momento um pólo turístico, mas nada impede que, com o passar do tempo, venha a se constituir em um cluster turístico.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os municípios em estudo além de possuírem atrativos naturais exuberantes,



possuem em sua história e cultura os principais alicerces que poderão conduzi-los ao desenvolvimento turístico integrado.

As características históricas que marcaram os municípios de Mafra, Itaiópolis e Papanduva, como Caminho das Tropas de Gado, Guerra do Contestado, e a própria colonização alemã, polonesa e ucraniana, os quais, se aproveitados, poderão agregar elementos para o desenvolvimento turístico dessas localidades.

No entanto, é necessário que se crie, através de um profundo resgate histórico, a estrutura necessária para que sejam reproduzidos os fatos históricos que marcaram a formação sócio-espacial desses municípios.

Desta forma os traços culturais deixados pelos colonizadores poderão se caracterizar como valiosos atrativos capazes de promover o desenvolvimento turístico integrado entre os municípios.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, R. **História de Rio Negro**. Rio Negro, 1976.
- BENI, M.C. **Globalização do turismo**: megatendências do setor e a realidade brasileira. São Paulo: Aleph, 2003.
- \_\_\_\_\_. Política regional sustentável em clusters de turismo – a realidade brasileira. **Boletim de turismo e administração hoteleira**, v. 10, n.2, out. 2001.
- \_\_\_\_\_. Política e estratégia do desenvolvimento regional: planejamento integrado e sustentável do turismo. **Turismo em análise**. São Paulo, v.10, n.1, p. 7-17, maio. 1999.
- BUTLER, R.W; PEARCE, D.G. **Desenvolvimento em turismo**: temas contemporâneos. Tradução Edite Sciulli. São Paulo: Contexto, 2002.
- CABRAL, O. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Laudes, 1970.
- CELESTINO, A.G. **Os bucovinos do Brasil**, e a história de Rio Negro. Curitiba: Torre de Papel, 2002.
- FERREIRA, A.B.H. **Novo dicionário Aurélio – séc XXI**. : Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.1 DC-ROM. Windows 4.1.
- FORJAZ, D. **Centenário de Colonização Alemã**. Rio Negro – Mafra: Olivero, 1929.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.Br>>. Acesso em 13 maio. 2002.
- MATHIAS, H.G. A questão do contestado. In: Governo do Estado de Santa Catarina-Fundação Catarinense de Cultura. **Contestado**. Rio de Janeiro: Index, 1987.
- MONTEIRO, C.A; DUARTE, A.C; SANTOS, L.B. dos. **O Brasil Meridional**. In: Panorama regional do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.
- PETROCCHI, M. **Gestão de pólos turísticos**. São Paulo: Futura, 2001.
- PIAZZA, W.F. **A colonização de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1994.
- QUEIROZ, M.V.de. **Messianismo e conflito social**. São Paulo: Ática, 1977.
- Revista comemorativa do cinquentenário do município de Mafra**. Mafra, 1967.
- RUSCHUMANN, D.v.M. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas, SP: Papirus, 1997.
- SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- SERPA, E. **A guerra do contestado**. Florianópolis: ed. UFSC, 1999.
- THOMÉ, N. A Insurreição Xucra do Contestado. In: Governo do Estado de Santa Catarina-Fundação Catarinense de Cultura. **Contestado**. Rio de Janeiro: Index, 1987.
- VIANNA, F.J.O. **Populações meridionais do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1952.
- WAIBEL, L. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE/CNG.1958.